

**REVISÃO CRIMINAL Nº 4.761 - SP (2019/0037298-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : **ROGERIO APARECIDO (PRESO)**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Na Revisão Criminal n. 4.758/SP foi formulada idêntica pretensão, na qual o requerente requer a revisão de sua condenação.

Portanto, a presente revisão é mera reiteração de pedido formulado em ação anterior, onde foi reconhecida a incompetência do STJ para processar e julgar o pleito, uma vez que não há julgado nesta Corte a ser revisado por meio da presente ação autônoma de impugnação.

Assim, além de processamento concomitante de revisão criminal no STJ configurar litispendência, deve-se considerar o princípio da economia processual e o propósito de evitar a ocorrência de decisões contraditórias (AgRg no HC n. 286.354/AC, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 23/5/2014; RCD no HC n. 423.298/SP, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 4/12/2017; AgRg no HC n. 404.890/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 27/11/2017).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente a petição inicial.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente